MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – *CAMPUS* SERRINHA

ELIANA TEIXEIRA DA SILVA

O PAPEL DA JUVENTUDE RURAL NO FORTALECIMENTO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

SERRINHA - BA

2021

ELIANA TEIXEIRA DA SILVA

O PAPEL DA JUVENTUDE RURAL NO FORTALECIMENTO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano-*Campus* Serrinha, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientadora: Geusa da Purificação Pereira

SERRINHA - BA

2021

SILVA, Eliana Teixeira da. **O papel da juventude rural no fortalecimento das cooperativas da agricultura familiar.** Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão de Cooperativas) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – *Campus* Serrinha, Serrinha, BA, 2021.

RESUMO

Buscou-se neste artigo descrever o papel da juventude rural no fortalecimento das cooperativas da agricultura familiar, pontuando seus aspectos históricos, as principais dificuldades e desafios enfrentados por esse público. Nesse intuito, foi realizado um levantamento bibliográfico em periódicos publicados nas bases de dados nacionais. Através das leituras e análises realizadas, identificou-se informações importantes para compreender os avanços e conquistas do cooperativismo e da agricultura familiar. Como resultado, percebeu-se que o problema do êxodo rural é comum e persistente, envolvendo principalmente os jovens. Tal fato se dá em virtude das questões estruturais e do imaginário social construído em torno do espaço rural como um sinônimo de atraso; pela busca de melhores oportunidades nos espaços urbanos que lhes garantam melhorias socioeconômicas e também pela ausência de políticas públicas de incentivo à permanência destes jovens no meio rural.

Palavras-Chave: Juventude Rural. Agricultura Familiar. Cooperativas.

THE ROLE OF RURAL YOUTH IN STRENGTHENING FAMILY AGRICULTURE COOPERATIVES

ABSTRACT

This article aims to describe the role of rural youth in strengthening family farming cooperatives, pointing out their historical aspects, the main difficulties and challenges faced by this audience. To this end, a bibliographic survey was carried out in journals published in national databases. Through the readings and analyzes carried out, important information was identified to understand the advances and achievements of cooperative and family farming. As a result, it was realized that the problem of rural exodus is common and persistent, involving mainly young people. This fact is due to structural issues and the social imaginary built around rural space as a synonym for the delay; by the search for better opportunities in urban spaces that guarantee them socioeconomic improvements and also by the absence of public policies to encourage the permanence of these young people in rural areas.

Keywords: Rural Youth. Family Farming. Cooperatives.

INTRODUÇÃO

O cooperativismo constitui-se uma importante forma de organização social e de fortalecimento coletivo que contribui para o desenvolvimento da sociedade e inserção de diferentes sujeitos sociais. Esse modelo de organização está muito presente no meio rural e representa uma importante estratégia utilizada para o fortalecimento das ações econômicas de agricultores familiares, categoria social de grande relevância no país.

As cooperativas da agricultura familiar possuem importância significativa para o desenvolvimento do meio rural. No entanto, para a sustentabilidade dessas organizações ao longo do tempo, faz-se necessário, dentre outras questões, a inserção da juventude, a qual, de acordo com o Estatuto da Juventude, compreende aquelas pessoas cuja idade está entre os 15 aos 29 (BRASIL, 2013).

Abramovay, Andrade e Esteves (2007, p. 21) definem a juventude como "uma construção social de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens". Corroborando com a ideia dos autores, Groppo (2010), afirma que há uma variação de juventudes existentes, tendo em vista que, esta fase constitui-se de diferentes situações que envolve classe, gênero, etnia, dentre outros, fatores responsáveis pela construção da identidade cultural própria de cada indivíduo. Contudo, a participação dos jovens nas cooperativas da agricultura familiar nem sempre é uma tarefa fácil, o que acarreta, muitas vezes, em um problema para as cooperativas e para o meio rural: a sucessão.

Kestring *et al.* (2020) discutem sobre a importância da juventude, no que tange a agricultura familiar, e enfatizam o quanto o aprendizado é fundamental para o desenvolvimento rural, tendo em vista que, o que é aprendido fora da sua localidade é utilizado para incentivar os jovens a continuarem buscando melhores condições de vida e para isso não necessariamente precisa ser fora das atividades do meio rural.

Nesse contexto, surge a pluriatividade, a partir da qual os jovens rurais passam a agregar valor aos produtos, processos e também à propriedade rural, não se limitando apenas as atividades da agricultura, portanto, a pluriatividade contribui para a autonomia financeira e a gestão da unidade familiar (KESTRING *et al.*, 2020). Nesse sentido, é necessário enfatizar que nem todos os jovens rurais se dedicam exclusivamente ao meio agropecuário, assim, é importante considerar que existem trajetórias diversas que devem ser reconhecidas, através de políticas públicas para a juventude rural de modo a contemplar as distintas realidades.

Desta maneira, compreende-se que é importante pensar nos jovens como sujeitos transformadores, inovadores e que são capazes de contribuírem para ser um transformador social. Pois é uma forma de estimular a sua participação democrática, aumentando o seu

conhecimento, exercendo a democracia de forma comprometida, além de reconhecer a importância do cooperativismo o que possibilita melhores condições de permanência no espaço rural.

Se tratando do meio rural, a agricultura familiar é considerada a principal fonte de ocupação da sua população que, ao longo dos anos, vem ganhando força através do cooperativismo, o qual contribui para o fortalecimento e organização dessa categoria social. A agricultura familiar é um tema que tem sido bastante comentado atualmente, alvo de matérias jornalísticas em diversos espaços acadêmicos e não acadêmicos. Entretanto, apesar de ser um assunto com grande relevância, tem-se notado a dificuldade que os agricultores têm encontrado para fortalecer as cooperativas das quais fazem parte. Nesse processo, a inserção da juventude, sua capacidade inovadora e criativa é fundamental.

Desta maneira, compreende-se que "as cooperativas são uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas da humanidade. Juntas e cooperando, as pessoas trabalham coletivamente, rumo a um mesmo propósito para alcançarem satisfação" (ANDRADE; ALVES, 2013, p. 196). E para que haja uma satisfação efetiva da produção rural, é fundamental reconhecer a importância dos jovens rurais que devem suceder os agricultores mais velhos ao fim das suas atividades.

Com base nesse pressuposto, este trabalho discute especificamente sobre a participação da juventude rural, um tema que está cada dia mais se consolidando nas publicações acadêmicas, gerando um interesse maior pela temática, de modo a conhecer as especificidades destas juventudes, "haja vista que não há uma única juventude rural, um único modelo de jovem rural. São atores sociais que se diferenciam, mesmo agregando características, modos e pertencimentos identitários correlatos" (KUMMER, 2013, p. 202).

Segundo Valadares (2005), o tema protagonismo juvenil assim como a agricultura familiar, vem sendo discutido nos últimos anos como uma das formas de estímulo ao envolvimento do jovem e como forma de aprendizado da participação democrática. Assim, também é interessante saber o que o jovem pensa para o seu futuro, se ele se sente pertencente ao local que reside.

Face ao exposto, este trabalho tem como objetivo discutir sobre a importância da participação dos jovens rurais nas cooperativas da agricultura familiar e compreender os principais desafios inerentes a esse processo. Para tal, definiu-se como objetivos específicos: compreender o contexto histórico que envolve a participação e democracia na sociedade; discorrer sobre a importância da participação dos jovens nas organizações sociais e identificar os principais fatores que dificultam a participação dos jovens rurais.

Com base nessa premissa, buscou-se resposta para as seguintes perguntas: Qual a importância da participação da juventude rural nas cooperativas da agricultura familiar? Como a ausência desses jovens pode influenciar no futuro desses empreendimentos?

2 METODOLOGIA

Para elaboração deste artigo, adotou-se a pesquisa bibliográfica que "é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema" (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 158). Em vista disto, esta pesquisa foi embasada pela abordagem qualitativa, de caráter exploratório.

Com base nos conhecimentos de Gil, a pesquisa exploratória,

> têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias (sic) ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002, p.41).

Assim, para a construção do trabalho, foram utilizados artigos científicos, livros, teses e dissertações que discutiam a temática em estudo. E, com base nos conhecimentos obtidos por meio das pesquisas bibliográficas realizadas buscou-se ressaltar a importância da participação dos jovens nas cooperativas da agricultura familiar, com ênfase nas suas contribuições nesse ambiente, bem como nas dificuldades enfrentadas por eles nas organizações sociais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Cooperativismo e agricultura familiar: origens, evolução e importância

Falar do histórico da evolução do cooperativismo pressupõe conhecer de antemão as suas origens. Na história da humanidade, a cooperação foi extremamente importante na formação da sociedade organizada até a contemporaneidade. Em virtude da necessidade de sobrevivência desde os primórdios, os grupos experimentaram da solidariedade e cooperação, se dividiam para a pesca, a caça e a plantação, de modo a suprir as necessidades básicas de alimentação e abrigo, e se auxiliavam mutuamente (CENZI, 2012).

Assim, de forma coletiva, as sociedades primitivas conseguiam unir forças para o enfrentamento de dilemas comuns. De modo similar, a sociedade contemporânea também

encontra na cooperação um importante instrumento de fortalecimento coletivo e de viabilização de ações que muitas vezes seriam mais dificultadas individualmente.

Dessa forma, observa-se que a cooperação não é algo novo na história da humanidade. Segundo Valadares (2005) em todas as sociedades, desde as mais primitivas às mais modernas, a cooperação aparece ladeado de outros dois processos sociais em que os indivíduos e grupos são envolvidos simultaneamente: o conflito e a competição. Assim, segundo o autor, a organização social de qualquer comunidade ou sociedade irá refletir o equilíbrio processado entre essas forças. Desse modo, a forma pela qual esses processos sociais se apresentam em diferentes sociedades será afetada pela cultura e pelo tipo de organização econômica dominante. À medida que uma sociedade se diferencia, e é aprofundada a divisão do trabalho, torna-se cada vez mais necessário o desenvolvimento de formas mais avançadas de trabalho associado (VALADARES, 2005).

E, nesse contexto de aprofundamento das desigualdades emerge o cooperativismo enquanto estratégia adotada para o enfrentamento de determinados problemas sociais como o desemprego e a precarização do trabalho, questões aprofundadas à medida que se expande o capitalismo e sua lógica individualista.

Pinheiro (2008, p. 23) afirma que o "cooperativismo moderno, na forma como hoje são conhecidas as sociedades cooperativas, surgiu em 1844, na cidade inglesa de Rochdale, quando 28[1] tecelões fundaram uma cooperativa de consumo". O cooperativismo se consolidou no Brasil através da promulgação do Decreto nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932, conhecida como a Primeira Lei Orgânica do Cooperativismo Brasileiro, em seu art. 2º diz que:

> As sociedades cooperativas, qualquer que seja a sua natureza, civil ou mercantil, são sociedades de pessôas e não de capitais, de fórma juridica sui-generis, que se distinguem das demais sociedades pelos pontos caracteristicos que se seguem, não podendo os estatutos consignar disposições que os infrinjam [...] (BRASIL, 1932, S/P).

Ao longo dos anos, as sociedades cooperativas foram se desenvolvendo, evoluindo gradualmente de maneira espontânea, estabelecendo seus princípios e valores mediante o avanço da sociedade (CHAYANOV, 2017). Conceitualmente, o cooperativismo é compreendido como:

> Um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e

[1] 27 (vinte e sete) homens e uma mulher.

justiça entre os participantes (REISDORFER, 2014, p. 16).

Com base nos conceitos trazidos pelo autor, pode-se entender que o cooperativismo ganhou bastante força ultimamente, pois tem uma estrutura sólida e bem organizada, pautada em regras, direitos e obrigações. Assim, cada interessado em participar da cooperativa, antes de associar-se precisa ter conhecimento de todas as ações desenvolvidas por ela.

Atualmente, o cooperativismo é um importante aliado para o fortalecimento da agricultura familiar, tendo em vista que esses agricultores podem associar-se às cooperativas para desenvolverem determinadas atividades com finalidade econômica e contribuir para minimizar o índice de êxodo rural e fortalecer todo o coletivo de cooperados.

Segundo Anjos (2019, p. 2) "as formas sociais familiares, atualmente denominadas de agricultura familiar, que se organizaram e se desenvolveram no meio rural são demarcadas por estratégias que resultam das ações políticas e econômicas implementadas no Brasil". Assim, corroborando com esse pensamento, Altafin (2007, p.1) afirma que:

> Ao buscarmos na literatura as contribuições para a delimitação conceitual da agricultura familiar, encontramos diversas vertentes, dentre as quais destacamos duas: uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. E outra que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas (ALTAFIN, 2007, p.1).

Com base nos autores supramencionados, entende-se que ao longo do tempo a agricultura familiar vem ganhando notoriedade devido a sua forte organização e presença nas ações de cunho político, econômico e também nas pesquisas científicas, visto que o tema tem sido bastante discutido.

Conforme afirma Delgado e Bermagasco (2017, p. 10), para falar em "Agricultura Familiar no Brasil é preciso falar também do protagonismo social e político desse segmento. Os movimentos e as organizações sociais da Agricultura Familiar têm sido atores importantes no processo de construção da pauta da Reforma Agrária e das políticas públicas".

De acordo com Schneider (2014, p. 25),

> o surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é muito recente e deve-se à três fatores igualmente importantes. O primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditatura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990; e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer este setor e dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SCHNEIDER, 2014, p. 25).

O termo Agricultura Familiar tem definições diversas, dentre elas, a organização de agricultores para produzir determinados produtos para o consumo da população, sendo atualmente, o principal setor responsável pela produção de alimentos do país.

Com base no Art. 3º da Lei nº 11.326/06,

> [...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Desta maneira, conforme o item II, percebe-se que neste tipo de agricultura é muito forte a presença da família no cultivo e produção dos insumos, sendo a partir dela que é retirada a renda familiar. Guilhoto *et al.* (2007, p. 1) destacam que: "a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país".

No que concerne ao cooperativismo na agricultura familiar, entende-se que ele é um instrumento de dinamização da economia, visto que é fruto da associação de pessoas que exercem um importante papel no que tange à produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas.

3.2 Participação, democracia e funcionamento das organizações cooperativas

A autogestão das cooperativas é uma maneira de organizar-se coletivamente, assim considera-se como crucial que os próprios cooperados assumam a gestão da cooperativa, sem que haja a necessidade de demais interferências no funcionamento dela, isto é, envolve participação direta e efetiva dos cooperados (FARIA, 2009).

Para discorrer sobre o funcionamento das organizações cooperativas, faz-se necessário compreender o que é a participação enquanto parte fundamental dos processos democráticos. Para isso, elenca-se três tipos de participação: a participação social, a participação popular e a participação econômica, conforme pode ser visto a seguir no Quadro 1.

Quadro 1: Síntese dos três tipos de participação e suas características.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO POPULAR	PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA
Se dá nos espaços e mecanismos do controle social como nas conferências, conselhos, ouvidorias, audiências públicas etc. São os espaços e formas de organização e atuação da Participação Social. É assim que ela é entendida, como categoria e como conceito metodológico e político, pelos gestores públicos que a promovem. Essa forma de atuação da sociedade civil organizada é fundamental para o controle, a fiscalização, o acompanhamento e a implementação das políticas públicas, bem como para o exercício do diálogo e de uma relação mais rotineira e orgânica entre os governos e a sociedade civil.	Corresponde às formas mais independentes e autônomas de organização e de atuação política dos grupos das classes populares e trabalhadoras e que se constituem em movimentos sociais, associações de moradores, lutas sindicais etc. A Participação Popular corresponde a formas de luta mais direta do que a participação social, por meio de ocupações, marchas, lutas comunitárias etc.	Nela os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e o controlam democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão.

Fonte: Gadotti, 2014; Reisdorfer, 2014. Elaborado pela autora, 2021.

A participação social é garantida pela Constituição Federal de 1988. Assim, a população se posiciona em diversos espaços como o legislativo através do voto, no judiciário a partir da participação em júri popular e no executivo através da participação em conselhos de políticas públicas. Assim, também acontece nas cooperativas, visto que "pela prestação direta de serviços aos associados, cada cooperado tem sua representatividade, que é definida pelo direito de voto" (SILVA *et al.*, 2018, p. 115).

Já a participação popular no Brasil, tem como marco a construção dos movimentos sociais. Desta maneira, entende-se que a participação popular compreende inúmeras forças sociais, isto é, não se restringe apenas aos movimentos sindicais, visto que as cooperativas também fazem parte destas forças. Assim, embora influencie na execução, fiscalização, avaliação e formulação de políticas públicas, nem sempre elas se submetem as regras estabelecidas e nem atuam dentro dos programas do governo.

Dentre os princípios do cooperativismo (adesão livre e voluntária; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação,

formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade), pode-se encontrar a participação econômica, isto é, ao tornar-se um cooperado, a pessoa contribui para a manutenção das despesas da instituição, tornando-se um sócio. “Além de contribuir para o capital, os associados têm o dever de operar com a sua cooperativa, pois são os donos do empreendimento. Todos têm de fazer sua parte, de modo que o esforço seja individual e proporcionalmente distribuído”(WERNER, 2019, p. 4).

Com base nesse pressuposto, nota-se que os membros contribuem para o capital das cooperativas com uma das finalidades que é a de promover o desenvolvimento dela, de modo a gerar algum tipo de retorno financeiro, além de ter poderes para controlar o capital de forma democrática.

No que concerne a gestão democrática, entende-se que:

> [...] as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); e as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática (REISDORFER, 2014, p. 38-39).

Reisdorfer (2014) traz ainda, a importância de reconhecer e promover a gestão democrática nas cooperativas, através da realização de ações e eventos que contemplam a participação da população, sobretudo, para envolvê-los no processo, através da partilha de informações, elaboração de estratégias individuais e coletivas que visem unicamente o sucesso da instituição.

Observa-se que, o funcionamento das cooperativas é gerido de maneira democrática pelos sócios, assim o resultado das vendas depende do empenho de cada um. No que tange a estrutura organizacional, as organizações cooperativas, contam geralmente com Assembleia Geral podendo ser ordinária ou extraordinária, que é onde se discute os assuntos mais relevantes e definem-se as diretrizes; o Conselho Fiscal que tem por finalidade verificar os atos do Conselho Administrativo que administra as finanças, contratos, etc. (SOUSA, 2009).

Nesse sentido, entende-se que é possível concretizar a gestão democrática através da autogestão, uma vez que ele leva em consideração a opinião de todos os cooperados na tomada de decisão interna e externa, garantindo assim a participação efetiva de maneira organizada (SILVA *et al*., 2018*)*.

A inserção e participação dos jovens na gestão do empreendimento desempenha importante papel ao funcionamento da cooperativa, sobretudo, quando se pensa na perspectiva da sucessão nesse espaço, uma vez que, para que os jovens possam se interessar pelas

organizações cooperativas é necessário conhecer esse modelo organizativo. E, ao se inserir nesse espaço, eles têm a possibilidade de conhecer, compreender, se envolver e, a partir disso, ocupar espaços e posições destaques nesses empreendimentos.

3.3 Juventude e participação social

A juventude brasileira tem grande importância para o futuro da sociedade, contudo, parte considerável dessa população encontra dificuldades em conseguir uma oportunidade no mercado de trabalho, tendo em vista, que há a necessidade de implementação de políticas públicas específicas para envolver esse público em muitas regiões.

As políticas públicas para a juventude, embora exista o PRONAF Jovem[2], encontram-se escassas. Assim, é fundamental que sejam implantadas políticas públicas para os jovens rurais de modo a reconhecer a importância deles como sujeitos autônomos e incentivar a sua permanência nesse espaço. Com isso, "essa concepção avança no reconhecimento dos jovens como atores dinâmicos da sociedade e com potencialidades para responder aos desafios colocados pelas inovações tecnológicas e transformações produtivas" (SILVA e LOPES, 2009, p. 102).

Com base nessa premissa, Borges e Teixeira (2013, p. 6625) afirmam que: "O tema protagonismo juvenil vem sendo discutido nos últimos anos como uma das formas de estímulo ao envolvimento do jovem e como forma de aprendizado da participação democrática". Desse modo, é necessário reconhecer o jovem como um ser de transformação social, para isso, é de fundamental importância que a juventude seja olhada com a devida atenção, isto é, entender a diversidade e especificidades desse público de modo a envolvê-lo em variados espaços, onde sejam reconhecidos como sujeitos de direitos e com determinadas responsabilidades.

Com base nisso, é essencial considerar a juventude como um ser plural, tendo em vista a diversidade das juventudes que pode ser evidenciada através da sua classe social, das crenças, região, valores, dentre outros aspectos, isto é, compreendendo os espaços sociais em que eles estão inseridos, bem como a representatividade dos jovens nesses espaços.

Fischer, Pereira e Tiriba (2013), apontam que:

> para refletir sobre políticas públicas para, e com, a juventude (ou juventudes), é necessário considerar a diversidade e a complexidade do universo do jovem real que

[2] O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Jovem, é o financiamento a pessoas físicas, sendo agricultores e produtores rurais familiares, para investimento nas atividades de produção, desde que os beneficiários sejam jovens entre 16 anos e 29 anos, atendendo também a outros requisitos. É um incentivo, serve para facilitar o acesso e oferecer vantagens para que esses jovens financiem suas atividades produtivas (MULHERES EM CAMPO, 2019).

> hoje habita as cidades, o campo, as periferias e as favelas, lidando com discriminações e desigualdades de toda ordem, produzidas por uma excludente sociedade de classes (FISCHER; PEREIRA; TIRIBA, 2013, p. 70).

Entretanto, é possível observar diversas carências no que diz respeito à atuação efetiva do Estado para garantir a permanência dos jovens no campo, causando assim o êxodo rural. Contudo, pode-se observar que o fato do jovem mudar da área rural para a área urbana nem sempre resolve o problema de desemprego. Tal questão pode ainda contribuir para a redução da falta de mão-de-obra qualificada e o desenvolvimento das atividades no campo e para a criação de problemas na cidade, como por exemplo, criminalidade, violência e exclusão.

Somado a essas questões, Borges e Teixeira (2013) apontam outros fatores que contribuem para o êxodo da juventude rural. Segundo os autores,

> outro ponto que infelizmente caracteriza a juventude rural é a sua invisibilidade, podendo ser dimensionada a partir de dois prismas. O primeiro relaciona-se com a invisibilidade ou inexistência da fase "jovem" na área rural, ou seja, a maior parte dos adolescentes já participa e contribui para o rendimento e subsistência da propriedade desde cedo. (...) Por outro lado, também são muitas vezes "invisíveis" às políticas públicas em todas as suas esferas, em espaços de participação social, em projetos de desenvolvimento local. É urgente a ampliação de projetos e políticas voltadas especificamente à juventude rural, em sua pluralidade (BORGES; TEIXEIRA, 2013, 6629).

Diante do exposto, observa-se que a participação social dos jovens rurais nas cooperativas, está intrinsecamente ligada à sucessão familiar, bem como as melhores condições de vida em que os jovens mantêm-se ativamente realizando atividades produtivas, dentre muitas outras habilidades. Fischer, Pereira e Tiriba (2013, p. 75) afirmam que "os processos de trabalho tornam-se ainda mais educativos, porque, entre tantas coisas, ensinam a eles que é preciso não apenas driblar o desemprego e a lógica excludente do mercado, mas também fortalecer processos constituintes de outras formas de produzir a vida".

Portanto, ao se tratar da participação juvenil, é compreensível que as múltiplas habilidades deles devem ser reconhecidas de modo a potencializar a inserção destes indivíduos em espaços de cunho econômico e social. Para isso, é de suma importância entender que as políticas públicas destinadas aos jovens devem ser criadas de acordo com suas necessidades e considerando sua multiplicidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4. 1 Juventude rural, participação e sucessão nos empreendimentos

A discussão acerca da sucessão nos empreendimentos rurais é uma preocupação constante de agricultores, visto que anteriormente "a produção era destinada mais para consumo do que propriamente para o mercado e a lavoura se fazia pelos braços dos filhos, onde as famílias mais extensas procuravam superar as dificuldades enfrentadas da incipiente tecnificação" (KISCHENER, KIYOTA e PERONDI, 2015, p. 2). Segundo os autores,

> [...] as relações de comunidade e o sentido identitário eram mais fortes e perpassavam as gerações. O ofício de agricultor era passado de pai para filho nas práticas cotidianas realizadas na unidade de produção. Pensar em políticas públicas talvez soasse estranho (KISCHENER; KIYOTA; PERONDI, 2015, p. 2).

Entretanto, na atual conjuntura do país, uma grande parcela dos jovens rurais se deslocam para a cidade em busca de novos espaços, o que afeta diretamente no desenvolvimento das atividades rurais. O estudo de Fritz (2012, p. 16) revela que dentre os fatores que desencadeiam na queda da produção da agricultura familiar, está a dificuldade de "sucessão familiar nas propriedades rurais", visto que anteriormente "as famílias tinham mais filhos, fato que dispunha alguém que continuasse o ciclo da atividade rural desenvolvida pelos familiares; hoje, no entanto, temos outra realidade, já que as famílias possuem um número reduzido de filhos".

Contudo, pode-se evidenciar que a dificuldade da permanência dos jovens rurais sucederem suas famílias nos espaços rurais, se dá principalmente pela procura de novas oportunidades de emprego que estejam em conformidade com a necessidade do mercado atual. Conforme evidencia Fritz (2012, p. 17):

> a oferta de inúmeras oportunidades de trabalho fora das propriedades, proporcionada pela conjuntura de mercado, possibilita que um grande contingente de jovens, devido ao aceno de novas oportunidades na cidade, opte por diferenciadas modalidades de emprego, com isso, interrompendo um trabalho histórico de produção de alimentos. Somente um número reduzido de jovens continua aspirando ao trabalho desenvolvido historicamente por seus familiares nas propriedades agrícolas (FRITZ, 2012, p. 17).

Com o passar dos anos, a falta de oportunidade no meio rural cresce bastante, por falta de estímulo aos jovens a permanecerem realizando as atividades dos seus pais, por dificuldade em manter uma renda que supra as necessidades. Nesse sentido, "é preciso afastar a ideia de que quem fica no meio rural são as pessoas que não estudaram e que não tiveram sucesso em trilhar outro caminho" (SILVA, 2007 apud TROIAN e BREITENBACH, 2018, p. 794). Contudo, esses jovens enfrentam muitas dificuldades e barreiras à sua permanência nesse espaço, conforme apontam Troian e Breitenbach (2018),

> não são poucas as dificuldades enfrentadas pelos jovens rurais, como a falta de um modelo agrícola voltado para o agricultor familiar e o assentado de reforma agrária. O modelo econômico vigente tem deixado o agricultor cada vez mais pobre e a diminuição da renda faz com que grande parte da população do campo abandone a área rural, dirigindo-se aos centros urbanos [...] (TROIAN e BREITENBACH, 2018, p. 794).

Assim, a sucessão geracional surge para criar "uma nova geração de indivíduos que permanecem no campo e que assumem o comando do estabelecimento agropecuário, sendo a constituição de sucessores para a unidade de produção familiar" (SAVIAN, 2014, p. 99). Nesse sentido, para o jovem assumir essa responsabilidade é necessário não só condições econômicas, mas se identificar com o tipo de atividade desenvolvida pela família. Assim, a mudança vai acontecendo de forma espontânea de acordo com as atribuições que os filhos vão assumindo no cooperativismo através da agricultura familiar.

4.2 Participação da juventude rural: potencialidades e limitações nas organizações cooperativas e na agricultura familiar

A juventude rural inserida nas cooperativas tem entre suas potencialidades maior autonomia, produção de alimentos, fonte de renda, a qualidade de vida e o lazer, contudo, dentre as limitações está a luta constante por direitos de modo a enfrentar os desafios e dificuldades vivenciadas no campo, além disso, o acesso à terra, a autonomia do jovem, o acesso às políticas públicas que incentivem a permanência dos jovens no meio rural (BREITENBACH e CORAZZA, 2017).

Troian e Breitenbach (2018), sintetizaram em sua pesquisa algumas características que envolvem a juventude rural e sua relação com esse espaço, conforme observa-se na Figura 1.

Figura 1 – Características dos jovens rurais

Fonte: Troian e Breitenbach (2018).

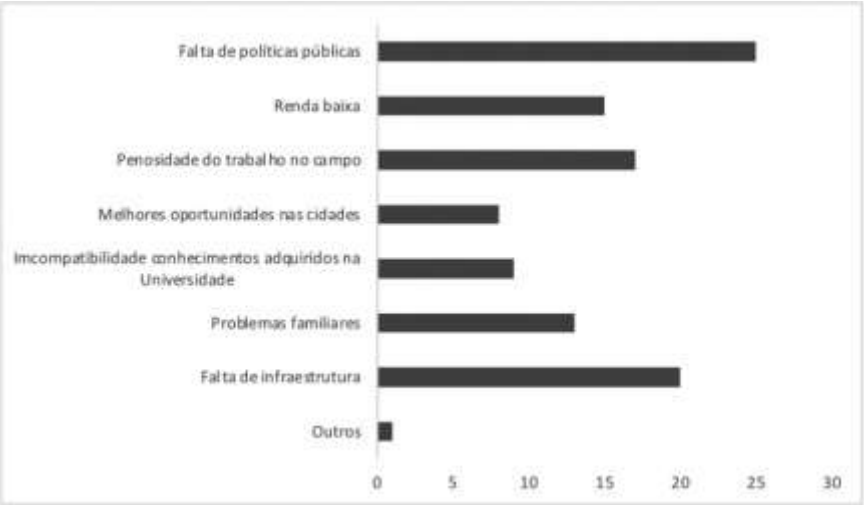
Como pode-se perceber na Figura 1, dentre os fatores que desmotivam os jovens a manter-se residindo na área rural estão a desvalorização da sua mão-de-obra e a falta de apoio às mulheres, que gera a predominância masculina na agricultura familiar, isto se dá porque homens e mulheres ainda têm direitos desiguais em diversos aspectos da sociedade, a migração de jovens para o meio urbano se dá também devido a sucessão tardia, o que dá margem para o jovem pensar em outras maneiras de sobrevivência.

Outro ponto que merece destaque na Figura 1 refere-se a cultura do atraso que, por muito tempo fez parte do imaginário construído em torno desse espaço. Tal cultura enraizou o pensamento de que, o meio rural era o espaço do atraso e que o progresso para ser alcançado deveria ser buscado nos centros urbanos.

Contudo, essas não são as únicas coisas que desmotivam e fazem com que os jovens se mudem para a zona urbana, esta mudança se dá por diversos outros fatores. E é neste sentido que a valorização do protagonismo da juventude rural deve prevalecer, pois "os jovens percebem cada vez mais cedo que é preciso ter dinheiro para satisfazer as suas demandas individuais e para isso ele precisa participar de alguma atividade que lhe garanta uma renda monetária" (MOURA; SILVA, 2012, p. 16).

Em pesquisa realizada por Zonin e Kroth (2021), através do Projeto de Fortalecimento da Juventude Rural do Oeste Catarinense, os autores identificaram, na opinião dos jovens entrevistados, grande parte dos motivos que os levam a migrarem para outras localidades (Figura 2).

Figura 2 – Motivos que levam os jovens rurais a migrarem para a área urbana



Fonte: Zonin e Kroth (2021)

Na Figura 2 observa-se que a falta de políticas públicas e a falta de infraestrutura no campo constituem os maiores problemas apontados pelos jovens. Na sequência, tem-se a penosidade do trabalho no campo e a renda baixa. Ou seja, embora o trabalho no campo seja pesado e estafante, a remuneração por eles é muito pequena.

Desse modo, a Figura 2 aponta que "apesar da sua relevância como principal atividade econômica da região, a agricultura familiar é pouco priorizada e investida, do ponto de vista estratégico das políticas, como geradora de oportunidades de trabalho e renda para jovens" (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 1). Dessa maneira, é fundamental que sejam desenvolvidas políticas públicas que levem em consideração os potenciais dos jovens rurais no fomento e valorização da agricultura familiar. Assim, de acordo com Silva (2017, p. 16),

> a forma com que os jovens rurais do município se organizam é determinante para a movimentação de ações que facilitam a ocupação dos espaços de decisão para a qualificação do meio rural, mantendo envolvimento em comunidades, cooperativas, sindicatos e órgãos públicos (SILVA, 2017, p. 16).

Nesse sentido, ressalta-se a importância de valorizar protagonismo juvenil e participação dos jovens rurais, de modo a combater a "reprodução de estruturas ideológicas limitadoras da ação humana". Assim, como participação da juventude rural nas cooperativas, especificamente das mulheres é extremamente necessário para "a superação de estigmas e exclusões avançando para o bem coletivo, de fato e de direito" (BORGES; TEIXEIRA, 2013, p. 6631).

Com base nisso, é imprescindível que iniciativas sejam tomadas para contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar e das cooperativas, através do "processo de fortalecimento da participação e da inserção do segmento juvenil na agricultura familiar, numa dimensão de cidadania e inclusão econômica" (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 1).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho evidenciou a discussão sobre a importância da participação dos jovens rurais nas cooperativas da agricultura familiar e compreendeu os principais desafios inerentes a esse processo. Desta maneira, evidenciou-se também o funcionamento das cooperativas, as potencialidades e desafios enfrentados pelos jovens rurais no que tange ao fomento da agricultura familiar.

A discussão sobre o cooperativismo e o protagonismo juvenil tem crescido alarmantemente ao longo dos anos, contudo, pode-se perceber que há a necessidade de

implementação de políticas públicas no que concerne a juventude rural, tendo em vista que foi possível observar durante a leitura das fontes analisadas que um dos maiores fatores que influenciam o êxodo rural é a falta de melhores condições de vida e incentivo à agricultura familiar.

É preciso ressaltar que, o resgate histórico sobre o cooperativismo e agricultura familiar efetuado para a elaboração deste trabalho foi essencial para ter conhecimento acerca dessa atividade e das organizações cooperativas. Mas, é notável que muito ainda precisa ser avançado, sobretudo, no que concerne às políticas públicas vigentes, visto que há a necessidade de contemplar mulheres e jovens de acordo com suas diversidades e visões de mundo.

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que compreender o papel da juventude rural no fortalecimento das cooperativas e agricultura familiar, auxilia na decisão dos jovens entre optar ou não pela permanência no campo. No entanto, esse interesse pela inserção dos jovens nas organizações cooperativas e na agricultura familiar precisa também ser do Estado, isto é, que seja de interesse político, econômico e cultural, visto que a atividade rural viabiliza o conhecimento de diversas culturas e modos de vida que geram retorno financeiro tanto para os agricultores no meio rural, quanto para a cidade. Desta forma, espera-se que este estudo contribua para a construção de pesquisas e políticas públicas, para que haja uma atenção voltada para às necessidades evidenciadas nas áreas rurais, o que influencia diretamente no protagonismo juvenil.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Ministério da Educação (MEC), 2007.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, p. 1-23, 2007.

ANDRADE, Marta Cleia; ALVES, Daniela Cristina. **Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso.** Revista de Administração IMED, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.

ANJOS, Eliane. **Agricultura familiar e cooperativismo: notas introdutórias para o debate**. 2019.

BORGES, Graziela Scopel Borges; TEIXEIRA, Edival Sebastião. **Participação, Juventude Rural e Protagonismo Juvenil: Aproximações.** XI Congresso Nacional de Educação. Curitiba, 2013.

BRASIL. Decreto nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932. **Reforma as disposições do decreto legislativo n.º 1.637. de 5 de janeiro de 1907, na parte referente ás sociedades cooperativas.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22239-19-

dezembro-1932-501764-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 12852 de 05 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12852-5-agosto-2013-776713-publicacaooriginal-140688-pl.html Acesso em: 13 set. 2021.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. **Perspectiva de permanência no campo: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil**. Perspectiva, v. 38, n. 29, 2017.

CENZI, N. L. **Cooperativismo: desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2012.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e Tradução de Regina Vargas. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, v. 470, 2017.

ESPÍRITO SANTO, Jailton do et al. **Cooperjovens: uma experiência juvenil de cooperativismo solidário na região sisaleira da Bahia.** Imaginário, v. 12, n. 12, p. 195-204, 2006.

FARIA, José H. **Gestão Participativa: relação de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

FISCHER, Maria Clara Bueno; PEREIRA, Anny; TIRIBA, Lia. **Juventude, associativismo e economia solidária:"não é por centavos, é por direitos"**. 2013.

FOGUESATTO, Cristian Rogério et al. **Fatores relevantes para a tomada de decisão dos jovens no processo de sucessão geracional na agricultura familiar.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 37, n. 130, p. 15-28, 2016.

FRITZ, Nilton Luiz. **Juventude rural e sucessão familiar: o desafio da pedagogia da alternância nas casas familiares rurais**. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.

GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática com participação popular.** Acesso em, v. 14, 2014.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUILHOTO, Joaquim et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados** (Family agriculture's gdp in Brazil and in it's states). V Encontro Nacional da

Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007.

GROPPO, Luiz A. **Condição juvenil e modelos contemporâneos de análises sociológica das juventudes.** ULTIMA DÉCADA Nº33, CIDPA VALPARAÍSO, DICIEMBRE 2010, PP. 11-26. 2010.

GUIMARÃES, Daniel. **Agricultura sustentável, entenda tudo sobre: contexto, definição, exemplos.** 2019. Disponível em: https://meiosustentavel.com.br/agricultura-sustentavel/ Acesso em: 20 jul. 2021.

KESTRING, Karina et al. **O PROGRAMA JUVENTUDE COOPERATIVISTA E SUA RELAÇÃO VOLTADA A SUCESSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR**. Revista Thêma et Scientia, v. 10, n. 1, p. 08-26, 2020.

KISCHENER, Manoel Adir; KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo. **Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais.** Mundo agrario, v. 16, n. 33, 2015.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. **Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir**. Tempo da Ciência, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MOURA, AMP; SILVA, M. G. Agricultura familiar: **Perspectivas de permanência dos jovens no campo do município de Igaci/Alagoas**. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, v. 21, 2012.

MULHERES EM CAMPO. **Conheça o Pronaf Jovem e saiba quem pode requisitá-lo!.** 2019. Disponível em: <http://mulheresemcampo.com.br/noticias/conheca-o-pronaf-jovem-e-saiba-quem-pode-requisita-lo/ >. Acesso em 25 de Out. De 2021.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativismo de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: BCB, 2008.

REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao cooperativismo.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014.

SAVIAN, Moisés. **Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar?.** Revista Espaço Acadêmico, v. 14, n. 159, p. 97-106, 2014.

SILVA, Dionatan Tavares da. **Organização de jovens rurais no município de Candelária/RS**. 2017.

SILVA, Paulo Henrique da et al. **Participação social e controle democrático nas cooperativas: uma análise da cooperativa de transporte de Minas Gerais**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, p. 113-124, 2018.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. **Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 17, n. 2, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. **Evolução e características da agricultura familiar no Brasil**. Revista

ALASRU-Análisis Latinoamericano del Medio Rural, Estado do México, n. 9, p. 21-52, 2014.

SOUSA, Letícia Pulcides de. **Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária.** 2009.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. **Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil**. Interações (Campo Grande), v. 19, p. 789-802, 2018.

VALADARES, José Horta. **Estratégias de educação para a cooperação**. Viçosa, MG: UFV. Pós-Graduação em Cooperativismo, 2005.

WERNER, Moises Geovani. **A aplicabilidade dos princípios do cooperativismo na gestão cooperativa como uma vantagem competitiva**. 2019.

ZONIN, Valdeci José; Kroth, Darlan Christiano (org.). **Juventude rural e sucessão na agricultura familiar**. - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021. 365 p.; 23 cm. – (Ciências sociais).